

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

2007-2008

DA

COMISSÃO

DE

ORÇAMENTO E FINANÇAS

NA

X LEGISLATURA

(15 de Setembro de 2007 a 17 de Julho de 2008)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SUMÁRIO

- I. COMISSÃO: COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO
- II. GRUPOS DE TRABALHO
- III. PROCESSO LEGISLATIVO NACIONAL
- IV. PROCESSO LEGISLATIVO E NÃO LEGISLATIVO EUROPEU
- V. AUDIÇÕES
- VI. AUDIÊNCIAS
- VII. REUNIÕES COM COMISSÕES HOMÓLOGAS
- VIII. DIREITO DE PETIÇÃO
 - A) PETIÇÕES CONCLUÍDAS
 - B) PETIÇÕES PENDENTES
- IX. REQUERIMENTOS
- X. DESLOCAÇÕES E VISITAS
- XI. OUTRAS ACTIVIDADES
- XII. APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ÍNDICE

	Página
I. COMISSÃO: COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO	04
II. GRUPOS DE TRABALHO	08
III. PROCESSO LEGISLATIVO NACIONAL	09
IV. PROCESSO LEGISLATIVO E NÃO LEGISLATIVO EUROPEU	14
V. AUDIÇÕES	15
VI. AUDIÊNCIAS	17
VII. REUNIÕES COM COMISSÕES HOMÓLOGAS	18
VIII. DIREITO DE PETIÇÃO	20
IX. REQUERIMENTOS	22
X. DESLOCAÇÕES E VISITAS	24
XI. OUTRAS ACTIVIDADES	25
XII. APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO	27



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

I. COMISSÃO: COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

A Comissão de Orçamento e Finanças foi criada pela Deliberação n.º 2-PL/2005, de 31 de Março, sendo a 5.ª Comissão parlamentar permanente.

A 5 de Abril de 2005 foi instalada pelo Senhor Vice-presidente Deputado António Filipe, em substituição do Senhor Presidente da Assembleia da República, Deputado Jaime Gama.

1. Composição

Nesta reunião de instalação ficou composta a Comissão e foram eleitos os membros da Mesa, nos termos do n.º 2 do artigo 34.º do Regimento:

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO			
Gr. Par.	Nº Efectivos		Nº Activos
PS	14		14
PSD	8		8
PCP	2		2
CDS-PP	2		2
BE	1		1
Total	27		27

A composição da Comissão no fim do 1º semestre de 2007 era a seguinte:

Presidente: Mário Patinha Antão (PSD)
Vice-Presidente: Teresa Venda (PS)
Secretário: Honório Novo (PCP)
Secretário: José Paulo de Carvalho (CDS-PP)

GP PS

Afonso Candal
Aldemira Pinho
António Gameiro
Hortense Martins
Hugo Nunes
Leonor Coutinho
Luís Pita Ameixa
Maria Manuel Oliveira
Nuno Sá
Ricardo Rodrigues
Rita Miguel
Ventura Leite
Victor Baptista



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

GP PSD

Adão Silva
António Preto
Duarte Pacheco
Hugo Velosa
José Manuel Ribeiro
Miguel Frasquilho
Rosário Águas

GP PCP

Agostinho Lopes

GP CDS-PP

Diogo Feio

GP BE

Francisco Louçã.

Com a aprovação no novo Regimento da AR (RAR), a “nova” Comissão de Orçamento e Finanças foi instalada a 23 de Outubro pelo Sr. Vice-Presidente da AR, Deputado Guilherme Silva, tendo ficado com uma nova composição.

Composição

Na “nova” instalação ficou constituída a Comissão e foram eleitos os membros da Mesa, nos termos do n.º 2 do artigo 34.º do novo RAR:

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

Gr. Par.	Nº Efectivos	Nº Suplentes
PS	10	10
PSD	6	6
PCP	1	1
CDS-PP	1	1
BE	1	1
Total	19	19

A composição actual da Comissão e da Mesa é seguinte:

Presidente: Jorge Neto (PSD)
Vice-Presidente: Teresa Venda (PS)
Vice-Presidente: Honório Novo (PCP)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

GP PS

Afonso Candal
Aldemira Pinho
António Gameiro
Hortense Martins
Hugo Nunes
Leonor Coutinho
Maximiano Martins
Nuno Sá
Teresa Venda
Victor Baptista

GP PSD

António Silva Preto
Duarte Pacheco
Jorge Neto
Mário Patinha Antão
- falta indicação de nome
- falta indicação de nome

GP PCP

Honório Novo

GP CDS-PP

Diogo Feio

GP BE

Francisco Louçã.

2. Funcionamento

A Comissão reuniu **62** vezes, como a seguir se discrimina:

- **Setembro: 5** vezes, com a seguinte taxa de participação/ reunião:

Dias	12	18	19	26	27
Participação	55,6%	74,1%	44,4%	77,8%	40,7%

- **Outubro: 7** vezes, com a seguinte taxa de participação/ reunião:

Dias	11	12	17	24	25	29	31
Participação Efectivos	55,6%	55,6%	74,1%	63,2%	94,7%	78,9%	94,7%
Participação Suplentes	-	-	-	25,0%	55,6%	33,3%	20,0%



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

- **Novembro:** 10 vezes, com a seguinte taxa de participação/ reunião:

Dias	9	12	13	14	15	16	19	20	27	28
Participação Efectivos	63,2%	52,6%	84,2%	100,0%	100,0%	89,5%	94,7%	94,7%	78,9%	78,9%
Participação Suplentes	30,0%	60,0%	40,0%	45,5%	45,5%	45,5%	27,3%	45,5%	9,1%	0,0%

- **Dezembro:** 4 vezes, com a seguinte taxa de participação/ reunião:

Dias	5	12	13	20
Participação Efectivos	57,9%	100,0%	78,9%	63,2%
Participação Suplentes	18,2%	25,0%	8,3%	9,1%

- **Janeiro:** 8 vezes, com a seguinte taxa de participação/ reunião:

Dias	9	16	18	23	24	25	29	30
Participação Efectivos	89,5%	94,7%	73,7%	94,7%	100,0%	84,2%	100,0%	78,9%
Participação Suplentes	18,2%	9,1%	50,0%	0,0%	30,0%	20,0%	20,0%	10,0%

- **Fevereiro:** 5 vezes, com a seguinte taxa de participação/ reunião:

Dias	6	12	13	20	21
Participação Efectivos	89,5%	89,5%	89,5%	84,2%	89,5%
Participação Suplentes	20,0%	20,0%	0,0%	0,0%	20,0%

- **Março:** 5 vezes, com a seguinte taxa de participação/ reunião:

Dias	5	12	18	19	26
Participação Efectivos	84,2%	100,0%	68,4%	84,2%	89,5%
Participação Suplentes	20,0%	10,0%	20,0%	10,0%	20,0%

- **Abril:** 4 vezes, com a seguinte taxa de participação/ reunião:

Dias	2	9	16	30
Participação Efectivos	94,7%	84,2%	68,4%	73,7%
Participação Suplentes	10,0%	0,0%	10,0%	30,0%

- **Mai:** 4 vezes, com a seguinte taxa de participação/ reunião:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Dias	7	14	21	28
Participação Efectivos	73,7%	84,2%	89,5%	63,2%
Participação Suplentes	10,0%	30,0%	0,0%	30,0%

- **Junho:** 4 vezes, com a seguinte taxa de participação/ reunião:

Dias	5	11	18	24
Participação Efectivos	94,7%	89,5%	89,5%	78,9%
Participação Suplentes	20,0%	0,0%	10,0%	0,0%

- **Julho:** 6 com a seguinte taxa de participação/reunião;

Dias	2	3	9	10	15	17
Participação Efectivos	83,3%	47,4%	78,9%	55,6%	73,7%	52,6%
Participação Suplentes	0,0%	11,1%	0,0%	0,0%	10,0%	10,0%

Foram elaboradas actas das respectivas reuniões.

A Comissão tomou conhecimento e/ou deu sequência aos documentos entrados (na COF) entre os dias 3 de Setembro e 22 de Outubro de 2007 (pré-RAR) com registo de entrada n.ºs 332 a 407, e aos documentos entrados entre 28 de Outubro de 2007 a 17 de Julho de 2008, de 001 a 308.

As actas elaboradas e aprovadas, bem como os documentos entrados na COF estão disponíveis na página da Comissão.

AR@NET: <http://arnet/sites/XLEG/COM/5COFposRAR/default.aspx> (5.ª Comissão)

PARLAMENTO.PT:
<http://www.parlamento.pt/sites/COM/XLEG/5COFposRAR/Paginas/default.aspx>

II. GRUPOS DE TRABALHO

A) Foi constituído um GT informal para acompanhamento do Processo Legislativo Europeu.

Os membros do GT foram os seguintes Srs. Deputados:

António Gameiro (PS)
Duarte Pacheco (PSD)
Honório Novo (PCP)
Diogo Feio (CDS-PP)
Francisco Louçã (BE)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

B) Foi constituído um GT para a reformulação da apreciação das GOP.

Os membros do GT foram os seguintes Srs. Deputados:

Teresa Venda (PS)
Duarte Pacheco (PSD)
Honório Novo (PCP)

No âmbito dos contactos com o CES, sobre esta matéria, o GT recebeu, do CES, uma análise/parecer sobre a orçamentação por programas, que foi distribuído à COF. Não houve quaisquer novos desenvolvimentos, estando prevista a elaboração de uma proposta do grupo de trabalho a apresentar à Comissão, mais tarde.

III. PROCESSO LEGISLATIVO NACIONAL

No período em causa a Comissão analisou os seguintes diplomas:

■ Propostas de Lei (12):

- **210/X** “Procede à alteração do Estatuto dos benefícios fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho, na redacção e sistematização dada pela Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro”
- **201/X** “Grandes Opções do Plano para 2009”;
- **194/X** “Altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro, baixando a taxa normal do Imposto sobre o Valor Acrescentado de 21% para 20”;
- **181/X** “Procede à segunda alteração ao Código do Imposto sobre Veículos, aprovado pela Lei n.º 22-A/2007, de 29 de Junho, introduzindo ajustamentos em matéria de condições de condução por outrem de veículos de pessoas com deficiência e de admissão temporária de veículos por trabalhadores transfronteiriços”;
- **173/X** – “Estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva nº 2005/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Outubro de 2005, e a Directiva nº 2006/70/CE, da Comissão, de 1 de Agosto de 2006, relativas à prevenção da utilização do sistema financeiro e das actividades e profissões especialmente designadas para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, procede à primeira alteração à Lei nº 52/2003, de 22 de Agosto, e revoga a Lei nº 11/2004, de 27 de Março” – para apreciação na generalidade”;
- **172/X** – “Primeira alteração à Lei Orgânica nº 1/2007, de 19 de Fevereiro, que aprova a Lei de Finanças das regiões autónomas”;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

- **170/X** – “Autoriza o Governo a rever o enquadramento legal do serviço de centralização de responsabilidade de crédito, constante do Decreto-Lei nº 29/96, de 11 de Abril”;
- **162/X** – “Orçamento do Estado para 2008”;
- **158/X** “Autoriza o Governo a alterar o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho, o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro e o Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 290/92, de 28 de Dezembro, transpondo as Directivas n.ºs 2006/69/CE e 2006/112/CE, ambas do Conselho, respectivamente, de 24 de Julho de 2006, e 11 de Dezembro de 2006”;
- **154/X** – “Estabelece os princípios, as normas e a estrutura do Sistema Estatístico Nacional”;
- **134/X** – “Grandes Opções do Plano para 2008”;
- **122/X** “Primeira alteração à Lei nº 79/98, de 24 de Novembro, que aprova o enquadramento do orçamento da Região Autónoma dos Açores”

■ Propostas de Resolução (2):

- **75/X** - “Aprova a Decisão do Conselho, de 07 de Junho de 2007, relativa ao sistema de recursos próprios das comunidades europeias (Decisão 2007/436/CE, EURATOM)”;
- **68/X** – “Aprova o Tratado de Lisboa, que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que Institui a Comunidade Europeia, assinado em Lisboa a 13 de Dezembro de 2007” – para apreciação na generalidade.

■ Projectos de Lei (24)

- **539/X** “Define um regime de acompanhamento e controlo da evolução dos preços de combustíveis”
- **532/X** “Determina a devolução de 1% do IVA de modo a reforçar o financiamento da Segurança Social e das suas políticas de protecção social”;
- **529/X** “Altera o Imposto Municipal sobre Imóveis, no caso de prédios que sejam propriedade de entidades que estejam registadas em regiões com regime fiscal claramente mais favorável”;
- **524/X** “Alteração do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro, e do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro”;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

- **517/X** – “Considera como custos, para efeitos de IRC, remunerações e outros encargos com licenças de Maternidade, Paternidade e Adopção”;
- **516/X** – “Alarga, no âmbito do IRS, as deduções à colecta das despesas com educação e formação”;
- **508/X** – “Revoga o artigo 148.º da Lei do Orçamento de Estado para 2007, a Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, que cria as taxas moderadoras para o acesso à cirurgia de ambulatório e ao internamento, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde (SNS)”;
- **474/X** – “Altera o Código de Procedimento e de Processo Tributário e a Lei Geral Tributária”
- **462/X** – “Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei nº 442-A/88, de 30 de Novembro”;
- **461/X** – “Alteração ao Código do Imposto sobre Valor Acrescentado aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro”;
- **455/X** (BE) – “Determina as regras a que deve obedecer a constituição de provisões fiscalmente dedutíveis”;
- **454/X** (BE) – “Determina o registo de movimentos transfronteiriços de capitais” ;
- **453/X** (CDS-PP) – “Introduz alterações ao Código de Procedimento e de Processo Tributário em sede de garantias dos contribuintes”;
- **451/X** – “Introduz alterações à Lei Geral Tributária em sede de garantias dos contribuintes”;
- **439/X** - “Alteração à Lei das Finanças Locais”;
- **432/X** – “Altera a Lei Geral Tributária aprovada pelo Decreto-Lei nº 398/98, de 17 de Dezembro”;
- **419/X** – “Repõe o regime jurídico da caducidade das garantias prestadas em processo tributário”;
- **407/X** – “Consagra o regime fiscal das sociedades detentoras de participações sociais no estrangeiro”;
- **403/X** – “Alteração de diversos benefícios fiscais com carácter estrutural previsto no Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho (Estatuto dos Benefícios Fiscais) e em regimes afins previstos no Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro (Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas)”;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

- **402/X** – “Adita ao Código de Procedimento e de Processo Tributário um Novo Título sobre Arbitragem”;
- **401/X** – “Prestação familiar complementar para crianças dos 0 aos 3 anos” e análise da Carta das Senhoras Deputadas subscritoras (Teresa Venda e Maria do Rosário Carneiro), solicitando que a UTAO elabore um estudo relativo ao custo-benefício no OE e sistema de Segurança Social, bem como a avaliação do impacto prospectivo das medidas nele propostas”;
- **335/X** – “Regula o Acesso e Permanência na Actividade das Sociedades de Consultoria para Investimento e dos Consultores Autónomos”;
- **318/X** – “Consagra a obrigatoriedade da publicação anual de uma lista dos credores da administração central e local”;
- **158/X** – “Prevê a obrigatoriedade da divulgação detalhada das remunerações dos administradores das sociedades emitentes de acções admitidas à negociação em mercado regulamentado (Altera o Código das Sociedades Comerciais)”;

■ Outros (5):

A Comissão analisou, ainda:

- As CGE 2004 e 2005 (de referir que a COF recusou apreciar as CGE 2004 e 2005 porque o Tribunal de Contas não se tinha pronunciado sobre as contas da Segurança Social aquando da emissão dos pareceres sobre aquelas, atendendo ao facto de não estarem, ainda, encerradas);
- A CGE 2006;
- O relatório de Orientação da Política Orçamental (ROPO);
- O Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC);
- O Acórdão n.º 442/2007, do Tribunal Constitucional, relativo à Fiscalização Preventiva da Constitucionalidade das normas constantes dos artigos 2º (Aditamento à Lei Geral Tributária) e 3º (Alteração ao Código de Procedimento e de Processo Tributário) do Decreto nº 139/X da AR.

■ Iniciativas legislativas que continuam pendentes na Comissão:

N.º	Inic.	Assunto	Relator	Situação	Obs
PROJECTOS DE LEI					
Nº 73/X	BE	Altera o código do imposto municipal sobre imóveis no caso dos prédios cuja propriedade esteja registada em regiões com regime fiscal claramente mais favorável	PS Leonor Coutinho 8 Junho 05	Para elaboração de relatório	Prejudicado
Nº. 335/X	CDS-PP	Regula o Acesso e Permanência na Actividade das Sociedades de Consultoria para Investimento e dos Consultores Autónomos	PS Vitor Baptista 11.01.07	Baixou à COF em 11.01.2007, sem votação, para nova	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

				apreciação, por 90 dias	
Nº 401/X	PS	Prestação familiar complementar para crianças dos 0 aos 3 anos	PCP Honório Novo 24.10.07	Para elaboração de relatório. Com estudo da UTAO	
Nº 402/X	CDS-PP	Adita ao Código de Procedimento e de Processo Tributário um Novo Título sobre Arbitragem	BE Francisco Louçã	Baixou à COF em 11.10.2007, sem votação, para nova apreciação, por 90 dias	
Nº 403/X	PSD	Alteração de diversos benefícios fiscais com carácter estrutural previsto no Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho (Estatuto dos Benefícios Fiscais) e em regimes afins previstos no Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro (Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas)	PS Maximiano Martins 20.12.07	Para elaboração de relatório	
Nº 407/X	CDS-PP	Consagra o regime fiscal das sociedades detentoras de participações sociais no estrangeiro	PS Nuno Sá 24.10.07	Para elaboração de relatório	
Nº 439/X	CDS-PP	Alteração à Lei das Finanças Locais	PS Marta Rebelo 16.01.08	Para elaboração de relatório	
Nº 453/X	CDS-PP	Introduz alterações ao Código de Procedimento e de Processo Tributário em sede de garantias dos contribuintes	PSD António Preto 06.02.08	Para elaboração de relatório	
Nº 455/X	BE	Determina as regras a que deve obedecer a constituição de provisões fiscalmente dedutíveis	PS Vitor Baptista 06.02.08	Para elaboração de relatório	
Nº 461/X	CDS-PP	Alteração ao Código do Imposto sobre Valor Acrescentado aprovado pelo Decreto-Lei nº 394-B/84, de 26 de Dezembro	PS Hugo Nunes 05.03.08	Para elaboração de relatório	
Nº 462/X	CDS-PP	Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei nº 442-A/88, de 30 de Novembro	PSD António Preto 05.03.08	Para elaboração de relatório	
Nº 474/X	BE	Altera o Código de Procedimento e de Processo Tributário e a Lei Geral Tributária	PCP Honório Novo 12.03.08	Para elaboração de relatório	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Nº 508/X	BE	Revoga o artigo 148.º da Lei do Orçamento de Estado para 2007, a Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, que cria as taxas moderadoras para o acesso à cirurgia de ambulatório e ao internamento, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde (SNS)	PS Victor Baptista 16.04.08	Para elaboração de relatório	
Nº 529/X	BE	Altera o Imposto Municipal sobre Imóveis, no caso de prédios que sejam propriedade de entidades que estejam registadas em regiões com regime fiscal claramente mais favorável	PS Victor Baptista 21.05.08	Para elaboração de relatório	
Nº 539/X	BE	Define um regime de acompanhamento e controlo da evolução dos preços de combustíveis	PS Hugo Nunes 18.06.08	Para elaboração de relatório	Com p a 6ª Com
Nº 553/X	CDS-PP	Cria mecanismos de conciliação em processo tributário	PS António Gameiro 17.07.08	Para elaboração de relatório	

PROPOSTAS DE LEI

Nº 210/X	ALRM	Procede à alteração do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 215/89, de 1 de Julho, na redacção e sistematização dada pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro	PSD António Preto 18.06.08	Para elaboração de relatório	
----------	------	--	-------------------------------------	------------------------------	--

OUTRAS

CGE 2007	Gov	Conta Geral do Estado de 2007	PS Victor Baptista 02.07.2008	Para elaboração de relatório	
----------	-----	-------------------------------	--	------------------------------	--

IV. PROCESSO LEGISLATIVO E NÃO LEGISLATIVO EUROPEU (3)

- A Comissão aprovou também um parecer, a solicitação da Comissão de Assuntos Europeus, sobre o Relatório do Governo “A Participação de Portugal na União Europeia em 2006 – 22º ano”;
- Um relatório/parecer sobre a “Reapreciação” do Orçamento Comunitário”; e
- Um relatório sobre o Escrutínio Parlamentar do Programa Legislativo e de Trabalho da Comissão Europeia para 2008.

V. AUDIÇÕES (49)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

A COMISSÃO REALIZOU AS SEGUINTE AUDIÇÕES:

D. Ent.	Assunto	Entidades
2008-07-15	Apresentação do Relatório Anual do Banco de Portugal	Governador do Banco de Portugal
2008-07-15	Audição obrigatória dos Peticionários da Petição nº 433/X/3ª	Associação Portuguesa de Celíacos
2008-07-09	Assuntos vários na área da administração pública e das finanças (ao abrigo do artº 104 do RAR)	Min Estado e das Finanças
2008-07-02	Aspectos relacionados com o âmbito de supervisão das entidades reguladoras do sistema financeiro	Prof. Doutor Manuel Sebastião - Presidente da Autoridade da Concorrência
2008-06-18	Grandes Opções do Plano para 2009	Min Economia e da Inovação, S.E. Adj. da Indústria e da Inovação, S.E. Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, S.E. Turismo
2008-06-11	Audição obrigatória dos peticionários da Petição nº 436/X/3ª	ACP - Automóvel Clube de Portugal
2008-06-05	Grandes Opções do Plano para 2009	S.E. Transportes, Min Obras Públicas, Transportes e Comunicações, S.E. Adj., das Obras Públicas e das Comunicações
2008-05-28	Grandes Opções do Plano para 2009 e Relatório de Orientação da Política Orçamental	S.E. Administração Pública, S.E. Assuntos Fiscais, S.E. Tesouro e Finanças, S.E. Adj. e do Orçamento, Min Estado e das Finanças
2008-05-21	Grandes Opções do Plano para 2009	CONSELHO ECONOMICO E SOCIAL
2008-05-14	Aspectos relacionados com o âmbito de supervisão das entidades reguladoras do sistema financeiro	Dr. Carlos Tavares - Presidente da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários
2008-04-30	Aspectos relacionados com o âmbito de supervisão das entidades reguladoras do sistema financeiro	Dr. Vitor Constâncio - Governador do Banco de Portugal
2008-04-02	Petição nº 415/X/3ª - Obrigatoriedade publicação lista de credores do estado	Dr. Lino Ramos em representação dos peticionários da Petição nº 415/X/3ª
2008-03-26	Relatório do Combate à Fraude e Evasão Fiscais - 2007	S.E. Assuntos Fiscais
2008-03-19	Aspectos relacionados com o âmbito de supervisão das entidades reguladoras do sistema financeiro	Dr. Alberto Soares - Presidente do Instituto de Gestão do Crédito Público
2008-03-12	Aspectos relacionados com o âmbito de supervisão das entidades reguladoras do sistema financeiro	Prof. Doutor Abel Mateus - Presidente da Autoridade da Concorrência
2007-03-05	Aspectos relacionados com o âmbito de supervisão das entidades reguladoras do sistema financeiro	Dr. Fernando Nogueira - Presidente do Instituto de Seguros de Portugal
2008-02-21	Factos ocorridos no BCP e supervisão	Dr. Filipe Pinhal - Ex-presidente do



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

	bancária	Conselho de Administração do BCP e seu fundador
2008-02-13	Conta Geral do Estado 2006	S.E. Assuntos Fiscais, Min Estado e das Finanças, S.E. Administração Pública, S.E. Adj. e do Orçamento
2008-02-12	Conta Geral do Estado 2006	TRIBUNAL DE CONTAS
2008-02-06	Relatório de Actividades do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, relativo aos anos de 2004 a 2006	Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais
2008-01-29	Crise na supervisão bancária e a evolução financeira internacional	Min Estado e das Finanças
2008-01-25	Questões relacionadas com o procedimento administrativo e judicial tributário	S.E. Assuntos Fiscais
2008-01-24	Supervisão bancária	Dr. Carlos Tavares - Presidente da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários
2008-01-18	Supervisão bancária	Governador do Banco de Portugal
2008-01-16	Relatório de Inspeção aos Serviços de Finanças	PROVEDORIA DE JUSTICA
2007-11-28	Apresentação do Relatório Anual do Tribunal de Contas Europeu referente ao exercício do ano de 2006	Dr. Vitor Caldeira - JUIZ DO TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU
2007-11-14	Apreciação da Proposta de Lei nº 162/X - Orçamento do Estado para 2008	Associação Nacional de Freguesias
2007-11-13	Apreciação da Proposta de Lei nº 162/X - Orçamento do Estado para 2008	ANMP - Associação Nacional dos Municípios Portugueses
2007-11-20	Apreciação na especialidade da Proposta de Lei nº 162/X - Orçamento do Estado para 2008	Min Estado e das Finanças
2007-11-16	Apreciação na especialidade da Proposta de Lei nº 162/X - Orçamento do Estado para 2008	Min Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
2007-11-16	Apreciação na especialidade da Proposta de Lei nº 162/X - Orçamento do Estado para 2008	Min Educação
2007-11-16	Apreciação na especialidade da Proposta de Lei nº 162/X - Orçamento do Estado para 2008	Min Saúde
2007-11-15	Apreciação na especialidade da Proposta de Lei nº 162/X - Orçamento do Estado para 2008	Min Assuntos Parlamentares, S.E. Adj. e da Administração Local
2007-11-15	Apreciação na especialidade da Proposta de Lei nº 162/X - Orçamento do Estado para 2008	Min Justiça
2007-11-15	Apreciação na especialidade da Proposta de Lei nº 162/X - Orçamento	S.E. Tesouro e Finanças, S.E. Adj. e do Orçamento, S.E. Assuntos Fiscais, S.E.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

	do Estado para 2008	Administração Pública
2007-11-14	Apreciação na especialidade da Proposta de Lei nº 162/X - Orçamento do Estado para 2008	Min Agricultura , do Desenvolvimento Rural e das Pescas
2007-11-14	Apreciação na especialidade da Proposta de Lei nº 162/X - Orçamento do Estado para 2008	Min Trabalho e da Solidariedade Social
2007-11-14	Apreciação na especialidade da Proposta de Lei nº 162/X - Orçamento do Estado para 2008	Min Economia e da Inovação
2007-11-13	Apreciação na especialidade da Proposta de Lei nº 162/X - Orçamento do Estado para 2008	Min Administração Interna
2007-11-13	Apreciação na especialidade da Proposta de Lei nº 162/X - Orçamento do Estado para 2008	Min Cultura
2007-11-13	Apreciação na especialidade da Proposta de Lei nº 162/X - Orçamento do Estado para 2008	Min Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
2007-11-12	Apreciação na especialidade da Proposta de Lei nº 162/X - Orçamento do Estado para 2008	Min Defesa Nacional
2007-11-12	Apreciação na especialidade da Proposta de Lei nº 162/X - Orçamento do Estado para 2008	Min Estado e dos Negócios Estrangeiros
2007-11-12	Apreciação na especialidade da Proposta de Lei nº 162/X - Orçamento do Estado para 2008	Min Obras Públicas, Transportes e Comunicações
2007-11-09	Apreciação na especialidade da Proposta de Lei nº 162/X - Orçamento do Estado para 2008	Min Presidência
2007-10-31	Situação da economia portuguesa face às decisões do Banco Central Europeu quanto às taxas de juro	Governador do Banco de Portugal
2007-10-29	Apreciação na generalidade da Proposta de Lei nº 162/X - Orçamento do Estado para 2008	Min Trabalho e da Solidariedade Social
2007-10-25	Apreciação na generalidade da Proposta de Lei nº 162/X - Orçamento do Estado para 2008	Min Estado e das Finanças
2007-09-18	Apresentação dos resultados do ECOFIN Informal do Porto	Min Estado e das Finanças

VI. AUDIÊNCIAS (9)

A COMISSÃO REALIZOU AS SEGUINTE AUDIÊNCIAS:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

D. Ent.	Assunto	Entidades
2008-07-10	Intercambio de experiencias	Presidente do Tribunal de Contas da Ucrânia
2008-06-19	Questões relacionadas com as dificuldades de renegociação de créditos bancários	Amina Aly Ebrahim Sousa e Irene Sebastião
2008-06-19	Redução da taxa de IVA dos cereais de pequeno almoço	AFLOC - Associação Portuguesa de Produtores de Flocos de Cereais
2008-05-21	Apresentação do Relatório de Avaliação da Estratégia de Lisboa referente ao período de Abril/2006 a Dezembro/2007	Associação Industrial Portuguesa - AIP, Confederação da Indústria Portuguesa
2007-11-15	Regime Contributivo dos Docentes do Ensino Particular e Cooperativo a contemplar na Proposta de Lei nº 162/X - Orçamento do Estado para 2008	Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo
2007-11-15	Proposta de Lei nº 162/X - Orçamento do Estado para 2008	Associação Portuguesa de Deficientes
2007-11-14	Artº 89º da Proposta de Lei nº 162/X - Orçamento do Estado para 2008	Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas, Instituto de Apoio aos Técnicos Oficiais de Contas
2007-10-17	Questões relacionadas com a proposta do orçamento do Estado para 2008 do ponto de vista ambiental	Euronatura - Centro para o Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentado
2007-10-17	Implicações orçamentais da reforma da administração pública	João Carrilho e outros funcionários do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

VII. REUNIÕES COM COMISSÕES HOMÓLOGAS (2)

- A COF reuniu com uma delegação da Comissão de Orçamento e Contas da Assembleia Nacional da República da Coreia; e
- A reuniu, também, com os Presidentes das Comissões de Orçamento do PE e dos parlamentos nacionais dos estados-membros, no âmbito da Presidência Portuguesa da EU, com o seguinte programa:

“European Union – Portuguese Presidency Portuguese Parliament Initiatives

European and National Parliaments: Meeting with the Budgetary Committees' Chairpersons

“On the Political Vision of European Communities' Budgetary Review: Key Future Policies and Spending Priorities and the Reform of the Own Resources System”



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Assembleia da República (Portuguese Parliament) – Sala do Senado

Agenda

Monday, 5th November, 2007

14h30-14h45 - Opening Session

14h30-14h35 – Welcome Address by Mr. Jaime GAMA, President of the Portuguese Parliament

14h35-14h40 - Opening of meeting by Mr. Jorge NETO, Chairman of the Portuguese Budget and Finance Committee

14h40-14h45 –Major findings of preceding meetings by Mr. Reimer BÖGE, Chairman of the European Committee on Budgets

14h45-15h00 - “The Commission’s Vision on the Reform of the European Communities’ Finances” - Address by Ms. Dalia Grybauskaitė, EU Commissioner for the Budget and Financial Programming

15h00- 18h00 – Session 1 – Key Future Policies and Spending Priorities

15h00 – 15h15 – “On the Key Issues of EU Budgetary Spending in the Future”, Address by Mario PATINHA ANTÃO (former Chairman of the Committee on Budget and Finance and Vice-President of the PSD Parliamentary Group)

15h15- 15h30 - “On the Economics of EU Budgetary Spending and Financing” - Address by Mr. Vitor Gaspar, Head of BEPA of the European Commission

15h30-15h45 – “Improving the Rationale and the Political Decision Process ” – Address by Mr. Iain Begg, Prof. at the European Institute of the London School of Economics

15h45-16h15 – Coffee Break

16h15-17h45 – Debate

17h45-18h00 – Conclusions of the Debate

By the second speaker

By the third speaker

18h00-18h15 – Family Photo

18h30-21h00 – Appetisers and Dinner (offered by Assembleia da República)

Tuesday, 6th November, 2007

10h00-12h30 – Session 2 - The Reform of the EU Own Resources System

10h00-10h15 – “Major Options of a Vital Reform”, Address by Mr. António Vitorino (former EU Commissioner)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

10h15-10h30 – “On the convergence of the European and National Parliaments views”, by Mr. Alain LAMASSOURE, European Committee on Budgets, standing rapporteur

10h30-10h45 – Coffee break

10h45-12h00- Debate

12h00-12h10 – Conclusions of the Debate

By the second speaker

12h10-12h20 –Closing Remarks, by Mr. R. BÖGE

12h20-12h30 – Closing of the meeting, by Mr. Jorge NETO

13h00 – Lunch”

VIII. DIREITO DE PETIÇÃO

A) PETIÇÕES ANALISADAS (7)

- **436/X** – “Solicitam que os veículos vendidos até 31 de Janeiro de 2008 e não apenas até 31 de Outubro de 2005, como prevê a lei actual, possam ser registados pelos vendedores, ficando estes desobrigados do pagamento do Imposto Único de Circulação (IUC) a partir dessa data e, ainda que, no futuro, seja possível permitir ao particular registar a venda de um veículo, ficando desobrigado do pagamento do IUC a partir dessa data”;
- **433/X** - “Pretendem que os produtos sem glúten possam ser deduzidos como despesas de saúde em sede de IRS e, conseqüentemente, sejam taxados com IVA a 5%”;
- **425/X** - “Solicita uma alteração ao Código do IRS de modo a que sejam excluídos da tributação os ganhos resultantes da venda de habitação própria desde que reinvestidos na compra de nova habitação para o mesmo fim ainda que ultrapassado o prazo de 12 meses previsto na al. b) do n.º 5 do Art.º 10.ª do CIRS”;
- **415/X** – “Obrigatoriedade de publicação das dívidas do sector público a (credores) particulares e empresas”;
- **181/X** - “Considera discriminatória a legislação existente sobre os impostos pagos por motociclos e restantes veículos automóveis”; Petição apensa às 179 e 180/X;
- **180/X** - “Considera discriminatória a legislação existente sobre os impostos pagos por motociclos e restantes veículos automóveis”; Petição apensa às 179 e 181/X;
- **179/X** - “Considera discriminatória a legislação existente sobre os impostos pagos por motociclos e restantes veículos automóveis”; Petição apensa às 180 e 181/X;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

B) PETIÇÕES PENDENTES (10)

Continuam pendentes na COF as seguintes petições:

Petição	Assunto	Relator	Situação
436/X/3 ^a	Solicitam que os veículos vendidos até 31 de Janeiro de 2008 e não apenas até 31 de Outubro de 2005, como prevê a lei actual, possam ser registados pelos vendedores, ficando estes desobrigados do pagamento do Imposto Único de Circulação (IUC) a partir dessa data e, ainda que, no futuro, seja possível permitir ao particular registar a venda de um veículo, ficando desobrigado do pagamento do IUC a partir dessa data	Hugo Nunes – PS (18.03.2008)	Com Relatório Intercalar aprovado em reunião de 09.04.2008. Audição dos peticionários já realizada (11.06.08).
433/X/3 ^a	Pretendem que os Produtos sem Glúten possam ser deduzidos como despesas de saúde em sede de IRS e, conseqüentemente, sejam taxados com IVA a 5%	Hugo Nunes - PS (02.04.2008)	Com inf. do MFAP e do Min. Saúde
425/X/3 ^a	Solicita à Assembleia da República que proceda a uma alteração ao Código do IRS, de modo a que seja alargado de doze para vinte e quatro meses o prazo previsto na alínea b) do n.º 5 do art.º 10.º do CIRS, excluindo da tributação, os ganhos provenientes da transmissão onerosa de imóveis destinados a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, se o valor da realização for utilizado no pagamento da aquisição de habitação própria, efectuada nos vinte e quatro meses anteriores	Relator a indicar PS (05.03.2008)	Admitida em 05.03.08. Aguarda elaboração de Relatório Intercalar
415/X/3 ^a	Petição pela obrigatoriedade de publicação, em sítio do Ministério das Finanças, das dívidas do Estado, incluindo as dívidas das Autarquias Locais, dos Institutos Públicos, das Empresas Públicas, dos serviços do Estado com a natureza de serviços integrados e de fundos autónomos, dos hospitais com a natureza jurídica de sociedades anónimas ou de entidades públicas empresariais e das sociedades gestoras do programa	Ofélia Moleiro – PSD (12.12.2007)	Com Relatório Intercalar. Ouvidos os peticionários no dia 02 de Abril, às 11.30



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

	POLIS, de que sejam credores os particulares e as empresas		
385/X	Tributação dos rendimentos brutos da categoria H, obtidos no ano de 2006, de valor anual superior a 40 000 euros, por titular, de sujeitos passivos sem grau de invalidez permanente igual ou superior a 60%	Teresa Venda – PS (18.07.2007)	Admitida em 18.07.07
361/X/2	Solicita isenção de tributação, em sede de IRS, para poupanças realizadas por particulares e aplicação do indexante EURIBOR aos empréstimos concedidos pelos particulares às próprias instituições financeiras	Leonor Coutinho – PS (16.05.2007)	Admitida em 16.05.07
340/X/2^a	Contemplação dos descendentes maiores de 24 anos para efeitos de agregado familiar em sede de IRS, que não sejam portadores de deficiência física	António Gameiro – PS (28.03.2007)	Admitida em 28.03.07
217/X/2^a	Apela à intervenção da Assembleia da República para que tome medidas legislativas no sentido da empresa Sector Lda, na situação de dissolução, não pagar o IRC até à decisão no processo judicial em curso, sobre a atribuição de custódia a herdeiros menores	António Preto – PSD (17.01.2007)	Admitida em 17.01.07.
94/X/1^a	Alerta contra a "burocracia incompreensível"	Victor Baptista – PS (11.01.2006)	Com inf da SEAP de 02.05.2007
53/X/1^a	Solicitam a reparação de situações de injustiça, bem como a adopção de legislação que contemple cidadãos timorenses que serviram o governo português na ex-administração daquele território, para efeitos de atribuição de benefícios da Caixa Geral de Aposentações	Adão Silva – PSD (07.12.2005)	Com Relatório Intercalar. Pedido de informação efectuado em 17.01.2007

IX. REQUERIMENTOS (17)

Deram entrada na Comissão dezassete requerimentos:

DATA ENTRADA	GP	ASSUNTO
29.02.08	Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata	Requer a audição da equipa técnica do Instituto Nacional de Estatística, do Banco de Portugal e da Direcção-Geral do Orçamento, ao abrigo do artº 102 do RAR, para prestar esclarecimentos quanto aos critérios e especificidades técnicas inerentes à passagem do saldo orçamental da óptica da contabilidade pública para a óptica da



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

		contabilidade nacional
14.02.08	Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português	Requer a audição do Eng ^o Jardim Gonçalves e do Dr. Paulo Teixeira Pinto, solicitando a votação deste requerimento na reunião da COF do dia 20 de Fevereiro
29.01.08	Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda	Na sequência das audições havidas na COF sobre a crise do BCP e da supervisão do sistema bancário, requer a audição do Senhor Joe Berardo
28.01.08	Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata	Requer a audição urgente da Senhora Presidente do Instituto Nacional de Estatística sobre as regras objectivas de transformação "contabilidade pública/contabilidade nacional" e as dúvidas que suscitam as contas apresentadas
28.01.08	Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata	Requer a audição urgente do Senhor Ministro de Estado e das Finanças ou do novo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, sobre matérias fiscais (nomeadamente a redução do IVA nos ginásios e gás butano, atropelos dos direitos dos contribuintes em processos de execução fiscal e reforma estrutural da despesa fiscal)
28.01.08	Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata	Requer a audição do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças sobre a alteração ao regime remuneratório dos Certificados de Aforro e sobre as relações banca/clientes
22.01.08	Grupo Parlamentar do Partido Popular	Na sequência da audição do Senhor Provedor de Justiça requer a audição (em separado) do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e do Senhor Director Geral dos Impostos
16.01.08	Grupo Parlamentar do Partido Popular	Requer a audição do Senhor Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais sobre o Relatório de Actividades do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais relativo aos anos de 2004 a 2006
14.01.08	Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata	Exercício do direito potestativo, ao abrigo do n.º 4 do artigo 104.º do RAR, para audição do Sr. Governador do Banco de Portugal e do Sr. Ministro de Estado e das Finanças sobre a situação no mercado financeiro nacional decorrente, em especial, de actos de gestão do Millennium - Banco Comercial Português
11.01.08	Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata	Requerimento, nos termos do n.º 4 do art. 104.º do RAR, para audição urgente do Sr. Ministro de Estado e das Finanças, sobre diversas matérias relacionadas com a supervisão bancária, a estabilidade do sistema financeiro e, ainda, sobre responsabilidades do Sr. Ministro enquanto ex-Presidente da CMVM.
03.01.08	Grupo Parlamentar do Partido Popular	Requer a audição, na COF, dos Srs. Ministro de Estado e das Finanças e do Governador do Banco de Portugal, sobre os factos ocorridos nos sistemas bancário e



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

		financeiro Português
28.12.07	Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata	Requer a audição do Senhor Ministro de Estado e das Finanças sobre o conteúdo do Relatório de Actividades e Contas de 2006 do Tribunal de Contas
28.12.07	Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata	Requer a audição do senhor Ministro de Estado e das Finanças e do Senhor Governador do Banco de Portugal sobre a situação no mercado financeiro nacional decorrente, em especial, de actos da gestão do Millennium BCP
28.12.07	Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata	Requer a audição do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, para prestar esclarecimentos sobre os dados constantes do Relatório de Actividades e Contas de 2006 do Tribunal de Contas
28.12.07	Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata	Requer a audição do Senhor Ministro de Estado e das Finanças e do Senhor Governador do Banco de Portugal, sobre a actuação da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários e do Banco de Portugal, em 2004, face às irregularidades alegadamente atribuídas à gestão do Banco Millennium BCP, bem como às eventuais consequências daí decorrentes para o funcionamento do mercado financeiro nacional
21.12.07	Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata	Requer a audição do Senhor Ministro das Finanças e do Senhor Governador do Banco de Portugal sobre a evolução da situação financeira mundial e as suas consequências na economia nacional
19.12.07	Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português	Requer a audição do Senhor Ministro das Finanças e do Senhor Governador do Banco de Portugal sobre a evolução da situação financeira mundial e as suas consequências na economia nacional

X. DESLOCAÇÕES E VISITAS (3)

- Os Srs. Deputados Teresa Venda, Honório Novo participaram no Seminário Parlamentar de Alto Nível “Tendências no Mercado de Capitais” – OCDE, Paris 21. Fevereiro de 2008.
- Entre os dias 07 e 08 de Abril de 2008, o Sr. Presidente da Comissão participou no Seminário “Brussels Tax Forum”, que se realizou em Bruxelas.
- O Sr. Presidente da Comissão participou também, no dia 25 de Junho, em Bruxelas, na Reunião Anual dos Presidentes das Comissões dos Orçamentos e das Finanças dos Parlamentos Nacionais da União Europeia.

XI. OUTRAS ACTIVIDADES (3)

1. A Comissão promoveu, duas Conferências internacionais, nos dias 27 de Setembro e 12 de Outubro, com os seguintes programas:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Programa de dia 27 de Setembro

10H00	Meeting with the President of Assembleia da República
10H30	Opening by Mr. Patinha Antão, Chairman of the Portuguese Committee on Budget and Finance
10H40	“Lessons from international experience regarding links between fiscal policy and competitiveness” - address by Ms Teresa Ter-Minassian, FMI – Director Fiscal Affairs Department
11H15	Coffee break
11H30	Debate
12H15	Conclusions

Programa de dia 12 de Outubro

14H30	Opening by Mr. Patinha Antão, Chairman of the Portuguese Committee on Budget and Finance
14H45	“Budget Consolidation and Public Finance Sustainability” - address by Mr Almunia , EU Commissioner
15H30	Debate
16H00	Conclusions
16H15	End of the Meeting

2. A Comissão promoveu, ainda, no âmbito da Presidência Portuguesa da EU, nos dias 5 e 6 de Novembro, a reunião das Comissões de Orçamento da EU e do PE, com o seguinte programa:

European Union – Portuguese Presidency Portuguese Parliament Initiatives

European and National Parliaments: Meeting with the Budgetary Committees’ Chairpersons

“On the Political Vision of European Communities’ Budgetary Review: Key Future Policies and Spending Priorities and the Reform of the Own Resources System”

Agenda

Monday, 5th November, 2007

14h30-14h45 - Opening Session

14h30-14h35 – Welcome Address by Mr. Jaime GAMA, President of the Portuguese Parliament

14h35-14h40 - Opening of meeting by Mr. Jorge NETO, Chairman of the Portuguese Budget and Finance Committee



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

14h40-14h45 –Major findings of preceding meetings by Mr. Reimer BÖGE, Chairman of the European Committee on Budgets

14h45-15h00 - “The Commission’s Vision on the Reform of the European Communities’ Finances” - Address by Ms. Dalia Grybauskaitė, EU Commissioner for the Budget and Financial Programming

15h00- 18h00 – Session 1 – Key Future Policies and Spending Priorities

15h00 – 15h15 – “On the Key Issues of EU Budgetary Spending in the Future”, Address by Mario PATINHA ANTÃO (former Chairman of the Committee on Budget and Finance and Vice-President of the PSD Parliamentary Group)

15h15- 15h30 - “On the Economics of EU Budgetary Spending and Financing” - Address by Mr. Vitor Gaspar, Head of BEPA of the European Commission

15h30-15h45 – “Improving the Rationale and the Political Decision Process ” – Address by Mr. Iain Begg, Prof. at the European Institute of the London School of Economics

15h45-16h15 – Coffee Break

16h15-17h45 – Debate

17h45-18h00 – Conclusions of the Debate

By the second speaker

By the third speaker

18h00-18h15 – Family Photo

18h30-21h00 – Appetisers and Dinner (offered by Assembleia da República)

Tuesday, 6th November, 2007

10h00-12h30 – Session 2 - The Reform of the EU Own Resources System

10h00-10h15 – “Major Options of a Vital Reform”, Address by Mr. António Vitorino (former EU Commissioner)

10h15-10h30 – “On the convergence of the European and National Parliaments views”, by Mr. Alain LAMASSOURE, European Committee on Budgets, standing rapporteur

10h30-10h45 – Coffee break

10h45-12h00- Debate

12h00-12h10 – Conclusions of the Debate

By the second speaker



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

12h10-12h20 –Closing Remarks, by Mr. R. BÖGE

12h20-12h30 – Closing of the meeting, by Mr. Jorge NETO

13h00 – Lunch

3. A Comissão fez a avaliação às alterações efectuadas à aplicação informática de apoio à tramitação processual do Orçamento do Estado, AR&PLOE, bem como à forma como decorreu o processo para o OE 2008. Foram pedidas novas funcionalidades para o OE 2009 e um ensaio sobre a geração automática do texto final, em Comissão.

XI. APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

A COF teve duas funcionárias parlamentares a prestar-lhe apoio: a Senhora D. Susana Rolim, exercendo funções de secretariado, e a Senhora Dr.^a Margarida Miranda, exercendo funções técnicas de assessoria à Comissão.

Assembleia da República, 17 de Julho de 2008,

O Presidente da Comissão,

(JORGE NETO)